


O ECOFEMINISMO E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL
ECOFEMINISM AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CHALLENGES IN BRAZIL
EL ECOFEMINISMO Y LOS DESAFÍOS SOCIOAMBIENTALES EN BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-032>

Data de submissão: 03/08/2025

Data de publicação: 03/09/2025

Cleuza Regina Balan Taborda

Doutoranda em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: cbalan@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1232501303551144>

Maria Elia dos Santos Vieira

Doutoranda em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: maria.elia@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0176247671116407>

Sandra Pereira de Carvalho

Doutora em Ciência Política

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: sandra.carvalho@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8781851816587018>

Viviane Assunção da Silva

Doutoranda em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: viviane.assuncao@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3422186338978361>

Jane Matos da Silva

Mestre em Geografia

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: janemattos28@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0727877766586112>

Aumeri Carlos Bampi

Doutor em Filosofia e Ciências da Educação

Instituição: Universidade de Santiago de Compostela (USC)

E-mail: aumeri@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4800812434410023>

RESUMO

O estudo tem como tema o ecofeminismo frente aos desafios socioambientais no Brasil, destacando-o como vertente do feminismo que integra a luta pelos direitos das mulheres e a defesa da natureza. O objetivo é analisar concepções, práticas e ações ecofeministas em confronto com o sistema capitalista-patriarcal, responsável pela exploração ambiental e opressão de gênero. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter reflexivo-interpretativo, baseada em revisão bibliográfica e análise crítica. Os resultados evidenciam três tendências ecofeministas – clássica, espiritualista e construtivista – que, embora distintas, convergem na defesa da solidariedade, da justiça ambiental e da participação feminina nos processos decisórios. O estudo ressalta o desenvolvimento do ecofeminismo no Brasil, especialmente após a Eco-92, a Rio+20 e a Marcha das Margaridas, bem como denuncia o desmonte das políticas socioambientais a partir de 2016, intensificado durante o governo de extrema direita política, com aumento da violência contra ativistas, povos tradicionais e mulheres. Afirma-se que o ecofeminismo constitui instrumento teórico e político indispensável para enfrentar a crise socioambiental, propondo a superação das estruturas capitalistas-patriarcais em favor de uma sociedade baseada na equidade de gênero, na sustentabilidade e no respeito à diversidade sociocultural.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Feminismo. Crise Socioambiental. Patriarcado. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The study addresses ecofeminism in the face of socio-environmental challenges in Brazil, highlighting it as a strand of feminism that integrates the struggle for women's rights with the defense of nature. The objective is to analyze ecofeminist conceptions, practices, and actions in confrontation with the capitalist-patriarchal system, which is responsible for environmental exploitation and gender oppression. The methodology adopted was qualitative, reflective-interpretative in nature, based on bibliographic review and critical analysis. The results reveal three ecofeminist trends—classical, spiritualist, and constructivist—which, although distinct, converge in defending solidarity, environmental justice, and women's participation in decision-making processes. The study emphasizes the development of ecofeminism in Brazil, particularly after Eco-92, Rio+20, and the Marcha das Margaridas, while also denouncing the dismantling of socio-environmental policies since 2016, intensified under the far-right government, with an increase in violence against activists, traditional peoples, and women. It is argued that ecofeminism constitutes an essential theoretical and political tool to confront the socio-environmental crisis, proposing the overcoming of capitalist-patriarchal structures in favor of a society grounded in gender equity, sustainability, and respect for sociocultural diversity.

Keywords: Ecofeminism. Feminism. Socio-environmental Crisis. Patriarchy. Sustainability.

RESUMEN

El estudio tiene como tema el ecofeminismo frente a los desafíos socioambientales en Brasil, destacándose como una vertiente del feminismo que integra la lucha por los derechos de las mujeres y la defensa de la naturaleza. El objetivo es analizar concepciones, prácticas y acciones ecofeministas en confrontación con el sistema capitalista-patriarcal, responsable de la explotación ambiental y de la opresión de género. La metodología adoptada fue cualitativa, de carácter reflexivo-interpretativo, basada en revisión bibliográfica y análisis crítico. Los resultados evidencian tres tendencias ecofeministas —clásica, espiritualista y constructivista— que, aunque distintas, convergen en la defensa de la solidaridad, de la justicia ambiental y de la participación femenina en los procesos de toma de decisiones. El estudio resalta el desarrollo del ecofeminismo en Brasil, especialmente después de la Eco-92, la Río+20 y la Marcha das Margaridas, así como denuncia el desmantelamiento de las

políticas socioambientales a partir de 2016, intensificado durante el gobierno de extrema derecha política, con un aumento de la violencia contra activistas, pueblos tradicionales y mujeres. Se afirma que el ecofeminismo constituye una herramienta teórica y política indispensable para enfrentar la crisis socioambiental, proponiendo la superación de las estructuras capitalistas-patriarcales en favor de una sociedad basada en la equidad de género, la sostenibilidad y el respeto a la diversidad sociocultural.

Palabras clave: Ecofeminismo. Feminismo. Crisis Socioambiental. Patriarcado. Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

O estudo é resultante de reflexões suscitadas a respeito do ecofeminismo e os desafios deste movimento no contexto contemporâneo brasileiro, marcado pelo avanço na destruição dos bens comuns naturais, com a exploração desenfreada em favor de um modo de crescimento econômico excludente e concentrador de renda e poder, da lucratividade embasada na lógica do capital e nas relações patriarcais de espoliação e dominação, tanto da Natureza como das mulheres.

A maneira como uma parcela dos seres humanos ligados ao sistema-mundo agrícola-urbano-industrial capitalista vêm explorando e controlando a natureza sem a preocupação com as consequências de suas ações abusivas tem conexão com as bases da sociedade patriarcal capitalista da modernidade vivenciadas no contexto histórico, social, econômico e cultural que tomou força na Europa e que no século XVI se materializou nos domínios coloniais a partir do processo de exploração mercantilista e saque colonial.

Trata-se de um estudo reflexivo-interpretativo, de cunho qualitativo, que utilizou como procedimento metodológico a revisão da literatura de base epistemológica e a produção analítica. O mesmo está organizado em quatro partes e tem como objetivo central abordar o ecofeminismo a partir das concepções, das práticas e ações que atualmente se destacam em manifestações reivindicatórias dos direitos das mulheres e direitos da natureza frente às estruturas e grupos hegemônicos de poder.

Em primeiro lugar, o estudo aborda o ecofeminismo em seu contexto histórico, onde está destacado o ecofeminismo como vertente do feminismo e a preservação do meio ambiente com ênfase para a crise socioambiental.

No segundo momento são analisadas as diversas tendências do ecofeminismo: a clássica, a tendência espiritualista e a tendência construtivista. As mesmas apresentam pressupostos distintos, especialmente no tocante às abordagens clássicas e a construtivista. No entanto, as três tendências trazem em seu bojo a relação conectiva da mulher com a natureza na construção de um mundo baseado na solidariedade, no respeito a todas as formas de vida e na participação efetiva das mulheres nos processos de tomadas de decisões, tanto no nível micro como macro.

Na parte terceira é feita uma análise do ecofeminismo no Brasil e como o mesmo conquistou espaço junto ao movimento feminista, de forma a integrar os conceitos teóricos com a prática vivenciada pelas mulheres em diversas regiões do país, através de um processo dialético.

Momentos marcantes do início desse ativismo eco sociopolítico estão associados a ECO-92, e vinte anos depois à realização da RIO+20, onde o ecofeminismo ganhou maior destaque. Dentre os movimentos ecofeministas em destaque está a “Marcha das Margaridas”, que acontece desde os anos 2000, de quatro em quatro em quatro anos, em alusão ao assassinato da trabalhadora rural e líder

sindical, Margarida Maria Alves, em 1983 na Paraíba. Atualmente o Brasil conta com distintas manifestações ecofeministas em várias regiões.

Em quarto lugar são analisados os desafios do ecofeminismo no contexto brasileiro atual, no contexto das frequentes ameaças que as políticas socioambientais vêm sofrendo, sobretudo a partir do ano de 2016. Neste ano, a partir da ascensão de políticas de extrema direita, as políticas públicas sociais e as diretrizes para as políticas ambientais foram sendo pressionadas e desmanteladas, com vistas a atender aos interesses e objetivos neoliberais das grandes corporações, do capital corporativo internacional e oligarquias rurais.

Observa-se então, que a participação popular e social foram sendo enfraquecidas e somente retomaram o fôlego com o retorno do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, eleito pela terceira vez como presidente da República do Brasil. À época do governo antecessor, denúncias de práticas criminosas em todas as instâncias comprovam situações de conflitos e crimes contra ativistas, lideranças ambientais e povos tradicionais e originários. Por fim, são feitas as considerações.

2 O ECOFEMINISMO: BREVE HISTÓRICO

O ecofeminismo é considerado uma vertente do movimento feminista que busca integrar além da luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, a defesa do meio ambiente e de sua preservação.

O termo surgiu na década de 1970, na França, buscando conectar a causa feminista aos propósitos ambientais, promovendo a relação entre ciência, mulher e natureza. Segundo registros, foi utilizado pela primeira vez pela ativista francesa Françoise d'Eaubonne em artigo publicado em 1974, no qual alertava acerca do problema ecológico relacionado à superpopulação. A autora explicita que esse problema era decorrente da sociedade patriarcal que impedia as mulheres de decidirem se queriam ou não ter filhos. Porém a ideia inicial do termo ganhou outros sentidos bem mais amplos e complexos. (TORRES, 2009; KUHNEM; ROSENDO, 2021; FLORES, TREVIZAN, 2015).

Desde então, o termo ganhou outras repercussões com o surgimento de inúmeras produções acadêmicas acerca desta temática, sendo que o enfoque principal deste termo é o da interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres pelos homens em uma sociedade capitalista marcada pelos valores patriarcais (SILIPRANDI, 2000). Seu objetivo é promover a relação entre ciência, mulher e natureza a partir de movimentos que buscam conectar Ecologia e Feminismo. Para Emma Siliprandi:

As conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta no Ocidente pelo menos desde a década de 1960, período que eclodiram os movimentos da contracultura na Europa e nos Estados Unidos, questionando não apenas os grandes modelos políticos e econômicos – capitalismo e socialismo –, mas o conjunto das instituições sociais, as ideologias, os valores que regulavam os comportamentos dos indivíduos. (SILIPRANDI, 2015, p.45).

Nessa perspectiva a mulher, o feminino, é compreendida “como o agente privilegiado que possibilitaria a proteção do ecossistema”. Contudo, Aquino; Cenci; Souza. (2020, p. 82312) ressaltam que: “Os movimentos e reivindicações feministas envolvem outros direitos além dos especificamente femininos, tais como: a luta dos LGBTQI+, crianças, idosos, bem como quanto à preservação do meio ambiente para as gerações futuras”.

Outro aspecto muito relevante é a denúncia da crise ecológica, decorrente, da exploração desenfreada da natureza pelo modo de produção econômico capitalista em sua fase global neoliberal que privilegia poucos, produz miséria e crises sociais, desigualdade e vulnerabilidades ambientais e promove a percepção de que a natureza é apenas recurso a ser explorado, e não locus de vida em diversidade e base da existência (MIES; SHIVA, 2013).

Neste sentido, o ecofeminismo apresenta elementos comuns com a percepção dos movimentos feministas em relação ao lugar das mulheres nas sociedades em desenvolvimento, mas expande sua cosmovisão a outras perspectivas além do modelo econômico vigente, pois proteger e cuidar das mulheres é também proteger seu entorno ou ambiente, pensando a sustentabilidade (AQUINO; CENCI; SOUZA, 2020).

Destarte, para o ecofeminismo o desenvolvimento tecnológico com base no modelo eurocêntrico do iluminismo se expandiu impulsionado pelo modelo econômico liberal, mas se mostrou excludente para grande parte dos povos. Assim, muito embora, esse modelo econômico propagou o ideal de progresso e bem-estar social, que na verdade, está ao alcance de poucos, produziu morte e escassez. Neste sentido, o modelo do liberalismo econômico promoveu igualmente a cultura do patriarcado, a exclusão e a dominação colonial e neocolonial.

O que historicamente tem se presenciado é que nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas a partir do século XVI, com base no patriarcado enquanto valor cultural central, e no capitalismo enquanto valor político-econômico hegemônico, apenas pequenas parcelas sociais que se apropriam majoritariamente dos frutos da relação sociedade-natureza foram beneficiadas, em detrimento da maioria que tem de viver com as externalidades da degradação.

No entanto, de modo contraditório, a visão econômica hegemônica propõe de modo irreal que todas as sociedades podem atingir o auge do desenvolvimento e do bem-estar social através da replicação do modo de produção, quando isto não é verdadeiro, pois para termos um padrão de

consumo como o estadunidense ou o europeu precisaríamos de outro planeta a ser explorado. Há, portanto, um problema que se explicita e se desvela que atinge todos os territórios mundo afora, em especial aqueles que conservam sua biodiversidade e protegem seus espaços vitais, pois passam a ser alvos de exploração, mercantilização e do saque.

Na realidade, isso se torna uma falácia, uma vez que o desenvolvimento voltado para a produção de riqueza e acumulação perpassa por processos sociais desiguais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, exploração dos territórios, terra, florestas, águas, e na maioria das vezes espaços vitais essenciais das comunidades e povos. Porém, estes últimos são forçados a acreditar nesse mito para dar sustentação a uma forma econômica excludente estabelecida pelos países do Norte, que promove “a exploração da força de trabalho e da natureza” dos países do Sul. (KUHNEN, 2017, p. 3).

Recorrendo aos preceitos de Mies (1993), Kuhnén destaca as contradições estabelecidas pelo sistema capitalista:

[...] O trabalho das mulheres em condições subumanas na indústria têxtil dos países do Sul é um exemplo da impossibilidade do desenvolvimento igual para todos. E o que se apregoa como sendo uma parceria de produção, que acaba gerando emprego em tais países, é, na verdade, um modelo de coerção e violência, visto que ao sistema econômico de tais países muitas vezes não resta outra opção do que ceder às pressões do mercado externo (KUHNEN, 2017, p. 3).

No cenário internacional os movimentos ecofeministas ganharam maior repercussão na década de 1980, “no contexto de numerosos protestos e atividades contra a destruição do ambiente, inicialmente detonados por esporádicos desastres ecológicos” (MIES; SHIVA, 2013, p. 24). Estes movimentos trazem em seu cerne a síntese do ambientalismo conectado ao feminismo. Seu objetivo consiste na luta pelos direitos das mulheres atrelados à luta pela reparação dos ecossistemas que dão sustentabilidade à vida das comunidades e povos. Neste sentido, Capra destaca a perspectiva ecológica e social do ecofeminismo:

Os ecofeministas vêem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. Eles mostram que a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que têm sido identificadas com a natureza através dos séculos. Essa antiga associação entre mulher e natureza liga a história das mulheres com a história do meio ambiente, e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia. Consequentemente, os ecofeministas vêem o conhecimento vivencial feminino como uma das fontes principais de uma visão ecológica da realidade (CAPRA, 1996, p. 16).

Nesta perspectiva, o ecofeminismo atribui ao sistema patriarcal-capitalista a responsabilidade pela instauração da catástrofe ecológica com a qual nos deparamos na atualidade, uma vez que a natureza e as mulheres no contexto histórico e social sempre foram associadas à reprodução da vida, mesmo sendo marcadas pela dominação, subjugação, violências e de agressões do respectivo sistema. E observando historicamente os processos de exploração da África, América e Ásia pelo sistema colonial político-econômico-cultural europeu iniciado no século XVI e seguido pelas potências industriais posteriormente, é o que se pode afirmar.

Essa visão se dá em virtude da aproximação da situação de exploração e dominação do homem (antropocentrismo) sobre a natureza e também sobre as mulheres. Sendo que são as mulheres que mais sofrem com os impactos ambientais e padecem diretamente os efeitos das relações de dominação de uma sociedade capitalista e patriarcal fundamentada na objetificação (coisificação e mercantilização) da natureza e das pessoas, e fundada no sexismo, no racismo, na exploração de classes, no especismo, e que tem como consequência a destruição ambiental.

Assim, de acordo com Torres (2009), a conexão e confluência dos movimentos ecológicos e feminista possibilita questionar as bases do modelo instaurado no sistema capitalista-patriarcal, alicerçado no acúmulo de recursos financeiros (neoliberalismo), na dominação e no poder sobre a natureza e sobre os outros seres vivos humanos e não humanos, considerados como vulneráveis. O que, de acordo com Torres (2009, p. 167):

[...] tem sido o principal responsável por várias calamidades, dentre elas, a desigualdade social, a violência e a miséria. Estimula uma transformação no relacionamento homem-mulher-natureza e se instaura, silenciosamente, nas bases de nossa cultura, como uma possibilidade de modificação da estrutura civilizacional.

Contudo, Kuhnen e Rosendo destacam que: “A origem dos ecofeminismos não pode ser traçada a partir de um único ponto isolado que corresponda a uma pessoa ou a um movimento de um lugar específico, tampouco a um texto fundacional” (2021, p. 20). Ou seja, “o termo ecofeminismo envolve um conjunto teórico e prático com fontes diversas” (IBID.), sendo que estes movimentos configuram como um fenômeno internacional, que buscou integrar-se “aos movimentos sociais das décadas de 60, 70 e princípios dos anos 80, do século XX, com escritos feministas voltados para questões ecológicas e ambientais produzidos na década de 1980” (IBID.).

3 TENDÊNCIAS DO ECOFEMINISMO

Angelin (2006), Torres (2009) e Souza (2007) destacam três tendências ecofeministas: a tendência clássica, a tendência espiritualista e a tendência construtivista.

A tendência clássica consiste em um movimento feminista que busca denunciar a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimação do patriarcado. Sendo que o homem é considerado como um ser natural predisposto à competitividade e a destruição. Essa obsessão do homem pelo poder tem provocado guerras suicidas, envenenamento e a destruição do planeta. Enquanto, a ética feminina de proteção de si, dos seus filhos/as e dos seres vivos se opõe a essa agressividade masculina, e busca condições igualitárias, pacifistas e de conservação da natureza (ANGELIN, 2006; TORRES, 2009).

A tendência espiritualista surge nos países do Sul global a partir dos princípios religiosos de Ghandi na Ásia e pela Teologia da Libertação na América Latina. Essa tendência denuncia que o capitalismo tem gerado um processo de violência contra as mulheres e o meio ambiente em razão das concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Assumindo uma postura crítica frente a essa dominação e na luta antissexista, antirracista, antielitista e anti-anthropocêntrica, atribui às mulheres uma tendência de proteção para com a natureza (ANGELIN, 2006; TORRES, 2009).

A tendência construtivista, apesar de não se identificar com nenhuma das anteriores, compartilha com elas algumas de suas principais ideias voltadas ao antirracismo, anti-anthropocentrismo e anti-imperialismo. Porém nega a relação da mulher com a natureza como uma característica intrínseca relacionada ao ponto de vista biológico. Sendo que na perspectiva dessa tendência, a relação de gênero se configura em uma construção histórico-cultural resultante do processo de divisão do trabalho, da distribuição do poder e da prosperidade (ANGELIN, 2006; TORRES, 2009; FLORES, TREVIZAN, 2015).

Apesar de que os “ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora são populares e fazem parte do imaginário social; por outro lado, eles ainda têm que ser colocados em prática” (FRASER, 2019, p. 26).

Ocorre que no contexto econômico do mundo do trabalho atual, marcado pelos interesses neoliberais, a mulher continua sendo considerada inferior ao homem. Neste sentido, a mera relação da mulher com a natureza, na perspectiva de elementos fracos e indefesos, reforça a concepção patrimonialista, que perpetua historicamente o processo dominador.

Apesar de apresentarem pressupostos distintos, especialmente, no tocante a abordagem clássica e a construtivista, as três tendências trazem em seu bojo a relação da conexão vital da mulher com a natureza como geradora de vida, e essa proximidade se dá também na perspectiva epistemológica de superação dos desafios estabelecidos às mulheres em relação às questões socioambientais, que afetam suas vidas. Essa aproximação se dá por meio de ações do cotidiano, na

prática de decisões que remetem ao cuidado, à manutenção de sua existência, dos seus saberes e das suas tradições, em especial com a proteção da vida.

Diante do exposto, observa-se que o ecofeminismo, como movimento teórico e político, não consiste apenas em uma mera associação entre mulheres/natureza, pois de acordo com Torres (2009, p. 167) “tal atitude representa um gesto regressivo à proposta ecofeminista”. Recorrendo a Armbruster (1998, p. 97 - 98), ele alerta que apesar de existir uma variedade de posições dentro do ecofeminismo todas têm em comum “que há ligações importantes entre a opressão das mulheres e a destruição ambiental e mau uso da natureza não-humana no seio de culturas dominadas pelo homem” (ARMBRUSTER, 1998 apud TORRES, 2009, p. 67).

Contudo, a autora destaca que é preciso ir além de apenas afirmar essas conexões entre a mulher e a natureza, pois existem diferenças entre os dois grupos. Sendo assim é preciso reconhecer essas “diferenças com base em aspectos da identidade, tais como gênero, raça ou espécie, de maneira que possam isolar umas pessoas das outras e da natureza não-humana” (ARMBRUSTER, 1998, p. 98 apud. TORRES, 2009, p. 168).

Para Torres (2009, p. 163-164), o ecofeminismo “Simboliza a síntese do ambientalismo atrelado ao feminismo e propõe que a luta pelos direitos da mulher não seja separada da luta pela reparação dos ecossistemas que sustentam a vida”, enfim dos direitos da natureza. Nesta perspectiva, a função dos movimentos ecofeministas é trabalhar “para desafiar ideologias dominantes de dualismo e hierarquia dentro da cultura ocidental que constroem a natureza como separada e inferior à cultura humana (e as mulheres como inferiores aos homens)” (ARMBRUSTER, 1998, p. 100 apud. TORRES, 2009, p. 168).

Apesar de haver críticas acerca dessa abordagem, em virtude de a mesma apresentar em seu cerne uma concepção aparentemente assistencialista de mulher, no sentido que busca vincular a capacidade de geração e de cuidado entre elas e a natureza, o que fica explícito é que não há como desvincular a existência humana da natureza e das consequências que a devastação ambiental causa a todos os tipos de vida, desde o seio materno.

A propósito dessa discussão, é bom voltar a uma temática, como exemplo que é a contaminação dos elementos vitais. Neste sentido, pesquisas alertam para a questão de contaminações por agrotóxicos do leite materno, contaminações intrauterinas que comprometem a saúde da gestante e bebê, e que interferem tanto na geração da vida, como com a alimentação proporcionada pela geradora da vida.

Deste modo, a aproximação da mulher com a natureza se dá por conta das interações mantidas pelas mulheres, uma vez que estas são as que mais sofrem com as crise ambiental decorrente das

profundas alterações construídas pelos sistemas produtivos capitalistas, quer na inserção de elementos anti-vida na natureza, quer na adulteração dos biomas, ou nas mudanças climáticas, tais como as secas prolongadas e a escassez de água que resulta na falta de água e de alimentos em várias regiões, bem como enchentes e alagamentos que provocam deslizamentos destruindo casas e ceifando vidas.

Acrescenta-se ainda os desmatamentos, as queimadas e grandes incêndios feitos para dar lugar a agricultura e pecuária em larga escala estão voltadas para a exportação e empobrecem os povos e comunidades que fazem uso da biodiversidade e a conservam e causam fome e miséria.

Estes processos de produção de larga escala acabam promovendo a destruição de habitats importantes para os ecossistemas e gerando a escassez de alimentos entre os povos e comunidades. Além disso, o uso intensivo de insumos químicos (adubos e agrotóxicos - venenos) promovem a contaminação do solo, da água e do ar e dos alimentos consumidos pelos humanos e geram desequilíbrios graves tanto aos ecossistemas como afetam a saúde e a vida humana. Estes fatores interferem diretamente na existência de milhões de mulheres tanto na saúde pessoal, quanto na reprodutiva.

Aymoré (2017, 272) explicita que:

[...] o ecofeminismo se constitui como postura de resistência ao patriarcado e às relações de dominação, ressalta-se especialmente a relação entre natureza e mulher, que é mantida por suas repercussões positivas, tal como no reconhecimento da experiência das mulheres e na recuperação da consideração da biosfera como ativa e necessária à sobrevivência dos seres humanos.

A degradação ambiental, bem como a dominação, submissão e exploração das mulheres perpassa pela superação das estruturas capitalistas e patriarcais que lhes dão sustentação.

Deste modo, a solução tanto para a crise ambiental quanto para opressão das mulheres não pode e nem deve ser tratada como questões isoladas, uma vez que exige articulações ético-políticas voltadas para mudança tanto na estrutura organizacional da sociedade, como na maneira de pensar e agir do ser humano em relação à natureza e aos sujeitos sociais considerados vulneráveis, proporcionando e oportunizando mudanças voltadas tanto para o equilíbrio ecológico global, para “a emancipação, não só das mulheres, mas de todos os seres humanos [...] Contudo, vale atentar para o fato de que essa transformação deve ocorrer nas bases da subjetividade, da linguagem e da cultura” (TORRES, 2009, p.169).

Neste sentido, é preciso relacionar cultura e natureza numa perspectiva transversal, buscando transcender as relações de dominação, exclusão e subordinação das mulheres, bem como de destruição da natureza estabelecidas pelo patriarcado capitalista. Isso envolve pensar uma nova sociedade em

que os humanos, em sua diversidade sociocultural, homens e mulheres, mantenham relações de respeito entre si e para com o meio ambiente. Para que se percebam como iguais, é necessário que mantenham relações colaborativas e de reciprocidade uns para com os outros, na perspectiva de promover a melhoria nas condições de vida de todos e buscando denunciar e superar todas as formas de opressão, objetivação, que em nome do desenvolvimento econômico explora e coisifica o ser humano e a natureza. (TORRES, 2009).

A valorização da vida e a busca por uma nova compreensão acerca dos desafios estabelecidos pelas transformações econômicas constituem elementos necessários para a superação das relações capitalistas, que vem causando a crise socioambiental que afeta diretamente a vida das mulheres e coloca em risco a vida humana no planeta, assim como aniquila as outras espécies viventes.

Nesta perspectiva, o ecofeminismo é ato de denúncia enquanto elemento de análise, mas é elemento político-pedagógico de ação quando propõe superar os valores patriarcais que historicamente marcaram a sociedade, bem como as relações de exploração, exclusão e domínio, típicos da sociedade capitalista concentradora e excludente, consumista e acumuladora que produz situações antagônicas ao bem viver das mulheres, bem como da totalidade dos seres humanos e não humanos.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de construção de um mundo baseado na solidariedade, no respeito a todas as formas de vida e na participação efetiva das mulheres nos processos de tomada de decisões tanto a nível micro como macro. Torres (2009), ao citar a obra “As Três Ecologias” de Félix Guattari (2011), destaca que é preciso considerar a ecologia ambiental (*physis*), social (*socius*), mental ou subjetividade (*psique*). Para Guattari (2011) é preciso pensar segundo a ótica ecosófica, e articular ainda a ecologia ambiental, científica, econômica, urbana, social e ambiental.

4 O ECOFEMINISMO NO BRASIL

Embora o ecofeminismo seja amplamente discutido e conhecido em países como Espanha, França e Itália, nações nas quais as mulheres se organizam no desenvolvimento de projetos sustentáveis já há várias décadas, no Brasil este movimento vem ganhando espaço gradativo junto “aos movimentos feministas”, bem como no meio acadêmico, com produções científicas que abordam a temática.

Desta maneira, os movimentos ecofeministas buscam integrar os conceitos teóricos com a “prática” vivenciada pelas mulheres, em diversas regiões do país, através de um processo dialético, que envolve a práxis compreendida “como a relação dialética entre pensamento e ação” (KUHNEN; ROSENDO, 2021, p. 19).

O processo dialético se configura em elemento essencial do ecofeminismo, pois os aspectos teóricos e práticos se conectam para a compressão dos antagônicos que envolvem a mulher e a natureza no contexto social, político e econômico. Conforme pontuam as autoras:

Teoria e prática se integram mutuamente de modo a compreender e sistematizar, a partir de ferramentas conceituais e metodológicas, tanto a relação entre as diferentes formas de opressão quanto as experiências das mulheres que revelam modos não hierárquico-dualistas e não exploratórios de estabelecer as relações sociais, ambientais e interespecies (KUHNEN; ROSENDO, 2021, p. 19).

No Brasil, um dos momentos marcantes e iniciais do ativismo ambiental feminista aconteceu na Eco-92, que se configurou em um espaço e tempo de encontro entre conceitos teóricos e práticos. O evento paralelo denominado Planeta Fêmea tornou-se “espaço de reflexão das mulheres na Eco92, criado sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e redes e organizações sociais como o Finrrage (Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering) e a Redeh (Rede de Desenvolvimento Humano) dentre outras” (RODRIGUEZ, 2013, p. 40).

No entanto, apesar dos esforços, essas discussões e reflexões não atingiram os objetivos esperados em relação a incorporação da “perspectiva ecológica” pelos movimentos feministas brasileiros da época (RODRIGUEZ, 2013, p. 40). Sendo que, neste período, as diversas vertentes ecofeministas foram consideradas, como de cunho essencialista não tendo o devido reconhecimento, por parte das ativistas ambientais brasileiras.

[...] as diversas correntes ali incluídas, e apesar de serem ainda muito mal conhecidas na época da Eco 92, foram em geral rejeitadas e tachadas de essencialistas, o que acabou cristalizando o debate e aumentando o seu rechaço sem um aprofundamento crítico das argumentações (RODRIGUEZ, 2013, p. 40).

Com isso, o ecofeminismo ganhou pouco espaço no Brasil, nos anos 1990. Contudo, com a ocorrência da Rio+20 em 2012, o ecofeminismo ganhou maior visibilidade, em virtude da mobilização dos movimentos femininos frente aos problemas ambientais decorrentes da exploração desenfreada dos bens comuns naturais e do crescimento econômico predatório, pois esse tem produzido em múltiplas dimensões a crise ambiental, que afeta a vida no planeta Terra e, de modo direto, populações, comunidades e seus espaços vitais.

Diante deste contexto, houve a ampliação de espaços para reflexão acerca das conexões entre as mulheres, o feminismo e a natureza”. Conforme destacam Kuhnén e Rosendo.

Nesse período, os ecofeminismos já haviam expandido suas análises, reconhecendo a complexidade dos diferentes tipos de experiências de mulheres, mediadas por classe, etnia, sexualidade, capacidades, que não poderiam ser reduzidas a uma leitura simplificada da proximidade entre mulheres e natureza (2021, p. 29).

As autoras explicitam que embora para algumas das participantes tornava-se importante promover a aproximação entre mulher e natureza, para outras, contudo, essa aproximação deveria ser contestada, “uma vez que como espaços de domínio”, essa aproximação poderia levar a um entendimento equivocado de que as mulheres, assim como a natureza poderiam ser incorporadas como campo de dominação, fortalecendo a concepção patriarcal de que as mulheres eram seres menos racionais sujeitas à coisificação e objetivação em detrimento do desenvolvimento econômico a qualquer custo. (KUHNEN; ROSENDO, 2021, p. 29).

Assim, as mulheres “cujas atividades de reprodução e produção dependiam da relação social de proximidade com a natureza, sentiram a necessidade de colocar em questão o modelo de desenvolvimento patriarcal, capitalista e colonial, que ameaçava seus modos de vida” (KUHNEN; ROSENDO, 2021, p. 29).

A sociedade capitalista movida pelo consumo desenfreado, pela expropriação da natureza, pela competitividade e domínio industrial, militarista-armamentista e de manipulação de alguns grupos sociais sobre outros tem levado a um distanciamento entre os próprios humanos e destes com a natureza, como se não fossem parte integrante da mesma. Este distanciamento tem provocado um cenário de degradação humana e ambiental em mudanças que afetam toda a vida no planeta.

Neste contexto, os movimentos feministas brasileiros têm se organizado e ampliado significativamente nos últimos anos, contando com as ações significativas de mulheres de vários segmentos sociais, que se organizam em diferentes bandeiras de lutas tanto a nível local como nacional em favor da proteção à vida humana e não humana (RODRIGUEZ, 2013).

Esses movimentos se consolidam como forma “de resistência à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares” (RODRIGUEZ, 2013, p. 42), buscando alternativas sustentáveis por meio “da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc.” (Ibid.). Essas alternativas são exemplos de lutas das mulheres no tocante ao cuidado com a vida, frente aos desafios ambientais que o contexto atual impõe.

Em relação aos movimentos sociais envolvendo as mulheres, Rodriguez (2013) destaca que eles têm se intensificado tanto no Brasil como a nível internacional e são resultantes das condições vivenciadas cotidianamente pelas mulheres, pois são elas as que mais convivem com os processos de degradação ambiental. Esses movimentos estão presentes em todas as regiões do Brasil.

Dentre os movimentos das mulheres em defesa do meio ambiente destacamos, as ações das mulheres de Solânea, na Paraíba, que promovem anualmente marchas contra os aspectos machistas da sociedade e em defesa da agroecologia na perspectiva de produção de alimentos com base em princípios ecológicos. A marcha ocorrida em maio de 2022, contou com a participação de quatro mil mulheres e teve como tema os impactos negativos da instalação de complexos de energia eólica na região.

Uma das coordenadoras da “13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Borborema”, Roselita Victor da Costa Albuquerque, afirmou sobre o movimento: “não contra energias renováveis”, mas sim “contra o modelo industrial de produção de energias renováveis que está se expandindo pela nossa região, um modelo que agride a natureza e as mulheres” (FELLET, 2022).

Outro movimento ecofeminista no Brasil, com repercussão internacional, é a Marcha das Margaridas, que envolve mulheres do campo, das florestas e das águas. Essa marcha acontece desde o ano de 2000, realizada de quatro em quatro anos, coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

A Marcha agrega diversas organizações feministas e conta com apoio de entidades internacionais. Ela acontece em alusão ao assassinato da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, uma defensora dos direitos humanos, que foi brutalmente assassinada em 1983 na Paraíba¹. Em 2019 na 6ª edição da Marcha das Margaridas ocorreu, de forma concomitante, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, com a participação de representantes de várias etnias.

Os movimentos ecológicos das mulheres em grande parte ocorrem em razão dos aspectos mercantilizados sobre as diferentes formas de vida (Rodriguez, 2013) que vem ocasionando danosos efeitos ambientais, bem como das questões polêmicas voltadas para as técnicas genéticas e da expansão da agricultura comercial em larga escala, voltada para a exportação (RODRIGUEZ, 2013). Como vem acontecendo nas últimas décadas, o movimento ecofeministas manifesta-se em diferentes faces nas diversas regiões do interior do Brasil, principalmente no Cerrado, no Pantanal e na Amazônia.

5 OS DESAFIOS DO ECOFEMINISMO NA ATUALIDADE

Apesar das políticas ambientais terem avançado nos últimos trinta anos no Brasil, desde 2016 elas vêm sofrendo ameaças em virtude do cenário político no qual grande parte dos representantes

¹ Dados disponíveis em: <https://www.modefica.com.br/marcha-das-margaridas/>. Acesso em 27 mai. 2022

parlamentares aderiram a propostas neoliberais e se aproximaram da extrema direita política que segue a lógica do neoextrativismo.

Com o golpe parlamentar e empresarial em 2016, que culminou no impeachment da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, as políticas ambientais foram sendo desmanteladas com vistas a atender aos interesses e objetivos das grandes corporações, do capital especulativo internacional e das oligarquias agrárias brasileiras ligadas em especial ao modelo agroexportador de *commodities* grandes corporações industriais ou de mineração. A partir daí os canais de participação popular e social junto às ações socioambientais governamentais foram sendo tolhidos, silenciados e enfraquecidos.

Com a posse de Bolsonaro como presidente, em 2019, já nos primeiros dias de seu mandato ocorreram reestruturações de vários ministérios ligados ao meio ambiente, com a extinção da Diretoria de Educação Ambiental (EA), tanto no Ministério da Educação, como no Ministério do Meio Ambiente. Isto representou o enfraquecimento das políticas de EA, uma vez que esses setores atuavam como gestores desta política socioambiental. As ações promovidas pelo governo de extrema direita desde sua posse demonstraram sua falta de compromisso com as questões socioambientais e reafirmaram seu comprometimento com setores do agronegócio e do grande capital em especial para aprofundar os processos de espoliação da natureza, em detrimento dos direitos sociais e ambientais conquistados ao longo do percurso histórico das políticas socioambientais.

Em consequência, o cenário de devastação se ampliou no Brasil e as ações governamentais da época demonstraram um intenso descaso com tais questões, bem como com a promoção dos direitos das mulheres, povos quilombolas, povos indígenas, trabalhadores urbanos e camponeses. O discurso de ódio propagado durante o governo Bolsonaro e seus seguidores levou à ampliação da violência feminicida contra mulheres, contra homossexuais, ativistas e lideranças ambientais e movimentos sociais e explicitam que há enormes desafios a superar.

Não bastassem os desafios existentes, houve ainda situações que foram em direção contrária, pois no caso do governo citado, as leis ambientais foram flexibilizadas em forma de desregulamentação interna de modo a atender interesses de grupos privados e corporações internacionais vinculadas ao neoextrativismo impositivo e autoritário.

Os órgãos de fiscalização ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foram colocados em estado de letargia, sendo desmantelados, enfraquecidos e impedidos de exercerem suas funções, assim como outros ministérios e órgão governamentais, além de cessar políticas públicas socioambientais aos mais vulneráveis como indígenas, camponeses, trabalhadores urbanos.

No que se refere à derrocada ambiental de “deixar a bioada passar”, isto gerou uma violenta intensificação do desmatamento, da grilagem de terras na Amazônia, da invasão e exploração ilegal de terras indígenas pela mineração e exploração florestal, gerando a expulsão dos povos originários de seus territórios e a exploração ilegal dos bens comuns vitais à vida das comunidades, povos e dos biomas nesses territórios e da própria população brasileira.

Além disso, o governo à época incentivou a aprovação e uso de novos agrotóxicos, a exploração de minérios, a privatização de Parques e Reservas Ambientais e desmobilizou e excluiu a participação social através de diversos conselhos nos processos de tomada de decisões no que se refere às políticas públicas.

Houve ainda a exacerbação da violência contra ativistas e lideranças ambientais no Brasil, que se intensificou. Foram vidas ceifadas, na tentativa de calar a voz dos defensores da natureza, dos povos originários, dos excluídos e das mulheres. A situação de conflitos e assassinatos, que já era alarmante, cresceu vertiginosamente nos anos do trágico governo de extrema direita, levando o Brasil a ocupar as primeiras posições no ranking de assassinatos de ativistas ambientais. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de 2019 a 2021, a média anual de assassinatos de indígenas cresceu 30%, atingindo 157 mortes, em comparação a uma média de 121 entre 2016 e 2018.

Os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do Jornalista Dom Phillips, ocorridos na Amazônia, despertaram o olhar mundial para a situação de descaso governamental com as questões ambientais e fez ressurgir denúncias e críticas acerca do desmonte da política ambiental que acabou incentivando práticas criminosas nas áreas que deveriam ser protegidas pelo Estado (ALTINO, 2022).

No que se refere às invasões a terras indígenas houve um crescimento de 180% em casos de extração ilegal de recursos em comparação a 2018. Os conflitos no campo, o número de mortes em decorrência desses conflitos saltou de 27 em 2020 para 113 em 2021 (aumento de 318%). A impunidade, a desregulamentação à proteção de territórios-ambientes e o enfraquecimento da fiscalização gerou uma corrida a exploração ilegal e destruição, em especial na Amazônia Legal (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022).

A devastação da Amazônia em decorrência da exploração marcada pelo patriarcado capitalista latifundiário e baseado em monoculturas tem gerado graves consequências ao meio ambiente, com a destruição de ecossistemas importantes para a vida e afetando povos e populações tradicionais.

Além da destruição da flora e da fauna, essa devastação intensifica o efeito das mudanças climáticas, com alterações na emissão de gás carbônico e escassez hídrica, assim como o surgimento de eventos extremos, que na atualidade já atingem grande parte da população brasileira.

As mudanças climáticas interferem nos ciclos de chuvas, com secas prolongadas, causando crises hídricas em várias regiões do país e níveis altos de precipitações em outras, que provocam inundações, alagamentos desmoronamentos de morros e encostas, em diversas regiões do país, afetando a vida, principalmente das classes populares quer seja no campo, nas florestas e nas cidades. Essas questões impactam diretamente a vida de milhões de mulheres que são as responsáveis pelo habitat familiar, em especial aquelas que estão em grau de vulnerabilidade socioeconômica, e que sendo acometidas pelas tragédias ambientais, constituem-se como vítimas das vulnerabilidades múltiplas que se ampliam trazendo insegurança emocional, alimentar, de saúde e debilidades no cuidado e no mundo do trabalho.

Enquanto se discutia mundialmente a crise ambiental e climática, bem como da necessidade de ações e estratégias políticas voltadas para minimizar os impactos ambientais, o governo Bolsonaro à época, manteve uma postura de descaso com os problemas socioambientais, muito embora o país tivesse assinado o Acordo de Paris que perpassa pelo:

[...] compromisso com a redução da emissão de gases de efeito estufa por todos os países signatários. Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2016), o Brasil acordou uma série de compromissos, entre os quais merece destaque para 2025 a redução das emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005. Para alcançar tal contribuição, o país se comprometeu com o aumento da participação de bioenergia sustentável na geração de energia, bem como com a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas e a redução do desmatamento (KUHNEN, 2017, p. 1).

As ações governamentais da época se mostraram contrárias a esse compromisso, uma vez que vem incentivando a devastação de áreas florestais, para dar lugar ao agronegócio baseado na monocultura e latifúndio, além da exploração de minérios em áreas de povos originários e populações do campo, que causaram sérios danos às populações e ao meio.

Houve, desde sua posse, a falta de compromisso com as questões ambientais e sociais de grupos menos favorecidos, o que reafirma seu comprometimento com setores mais favorecidos economicamente, em detrimento dos direitos sociais e ambientais conquistados ao longo do percurso histórico das políticas sociais e ambientais.

Além das questões acima, há em específico que, dada a volatilidade de políticas de Estado, é visível a permanência da desigualdade de gênero no país, bem como a situação da violência contra a mulher, pois impera uma cultura de machismo e preconceito arraigados culturalmente.

Em aspectos estruturais há, no Brasil, dificuldades de acesso à terra, habitação, escolarização, saúde e falta de saneamento, água e de alimentação a um grande número de mulheres e suas famílias.

No contexto dos desafios aparecem ainda o aquecimento global e das mudanças do clima, elementos de uma ampla crise ambiental, nos quais são as populações femininas que apresentam maior grau de vulnerabilidade.

Mesmo dentro das oportunidades do contexto citado acima da crise ambiental e mudanças do clima, quando das oportunidades foco do discurso do desenvolvimento sustentável, elas se voltam mais aos grandes mercados e corporações (créditos de carbono, por exemplo) do que às iniciativas comunitárias regenerativas sustentáveis desde as perspectivas ecológica e economicamente viáveis lideradas por mulheres em suas comunidades.

No contexto de comunidades camponesas, tradicionais e originárias há ainda um enorme desafio de lidar com os saberes e conhecimentos femininos, que são desperdiçados, bem como é preciso fortalecer a presença feminina na escolarização e nas decisões políticas comunitárias e na própria sociedade brasileira como um todo.

No aspecto das ações do sistema de saúde há grande preconceito à atuação das mulheres, muito embora a grande maioria dos servidores da saúde pública são mulheres, assim como no campo da Educação Básica, dominada por profissionais mulheres e que carece de valorização social, econômica e intelectual.

Além disso, as políticas públicas no país ainda são insuficientes ao tratar as questões de gênero, em que pese a participação no ano de 2024 de 10 ministras de Estado do Brasil no terceiro mandato governamental do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o direcionamento na alocação de cargos de alta relevância às mulheres, que poderão tratar das especificidades das políticas públicas relacionadas às causas ecofeministas. São as seguintes as pastas ministeriais que estavam comandadas por mulheres no ano de 2024: 1 - Ciência, Tecnologia e Inovação; 2 - Cultura; 3 - Direitos Humanos e Cidadania; 4 - Gestão e inovação em Serviços Públicos; 5- Igualdade Racial; 6 - Mulheres; 7- Meio Ambiente e Mudanças do Clima; 8- Planejamento e Orçamento; 9- Povos indígenas e 10- Saúde.

Neste contexto, há um anseio social para que sejam construídas pontes socioambientais que levem em consideração as lutas e as causas ecofeministas tanto em pontos específicos, quanto às questões mais amplas da sociedade brasileira, pois tais lutas significam avanços e conquistas no marco civilizatório humanizador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das diferentes vertentes do ecofeminismo, é possível analisar as diversas realidades socioambientais e aprender a perceber as relações complexas que envolvem a sociedade capitalista em seu modo patriarcal, fundamentada no sexismo, no racismo, na exploração de trabalhadoras/es, no

especismo e na destruição ambiental. Todos esses processos de dominação estão interligados e são elementos de críticas contundentes das diversas perspectivas ecofeministas.

Estes fundamentos de dominação e exploração que vem dando sustentação a essa sociedade precisam ser mudados, para dar lugar a novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza, transformando as relações de dominação em relações de solidariedade, de cooperação, de amorosidade, de respeito e de inclusão, elementos fundantes do ecofeminismo.

Diante do contexto atual, construído a partir do domínio do sistema-mundo patriarcal-capitalista que gerou a devastação ambiental, promovendo a crise ambiental, as perspectivas de análise dos movimentos ecofeministas, mais do que nunca se fazem necessárias para educar socialmente ao caminho de uma realidade com equidade de gênero e justiça ambiental.

É preciso substituir as relações de dominação e exploração desenfreada da natureza bem como da exploração e dominação baseada no sexismo e em tantos outros ismos por relações de cooperação e equilíbrio, com a adoção de novas formas humanistas não antropocêntricas do ser humano se relacionar entre si e com a natureza. A luta contra o sistema vigente de degradação ambiental é uma maneira de garantir condições de vida dignas para todas e todos.

O ecofeminismo busca integrar a luta contra os meios de produção capitalista e os valores patriarcais (coloniais, racistas, sexistas, segregadores e que inferiorizam), pois ambos são degradantes.

A luta em defesa das mulheres e do meio ambiente se configura em uma luta pela proteção dos modos de vida que não expropriam e não subjagam, e como tal podem ser aplicados nas comunidades tradicionais, nas comunidades camponesas, nas comunidades urbanas e em quaisquer relações sociais e laborais que proponham como caminho e meta a sustentabilidade ecossocioeconômica e a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Juliana. **Marcha das Margaridas: Conheça o Maior Movimento de Mulheres do Campo da América Latina**. 2019. Disponível em <https://www.modifica.com.br/marcha-das-margaridas/>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

ALTINO, Lucas. **Brasil tem figurado, nos últimos anos, entre as primeiras posições do ranking mundial de assassinatos de ativistas ambientais**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/06/brasil-tem-figurado-nos-ultimos-anos-entre-as-primeiras-posicoes-do-ranking-mundial-de-assassinatos-de-ativistas-ambientais.ghml>. Acesso em 20 jul. 2022.

ANGELIN, Rosângela. **“Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo”**. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 58, março 2006.

AQUINO, Adrieli Laís Antunes; CENCI, Daniel Rubens; SOUZA, Vitor Kinalski de. **Ecofeminismo: A luta pela liberdade da “Mãe-Terra”**. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 82304-82319, oct. 2020.

AYMORE, Débora. (2020). **O ecofeminismo e a relação entre natureza e mulher**. In: *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. Jan.-Jun. de 2020, 17(1), 175-192.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Exposição a agrotóxicos e seus impactos na saúde das mulheres em áreas agrícolas do Brasil**. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 15, n. 4, p. 367-378, 2015.

CASTRO, A. M. A.; EGGERT, E. **ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA**. *Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 231–238, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociais humanas/article/view/2862>. Acesso em: 10 set. 2024.

DORES, E. F. G. C.; SOUZA, F. C.; VILLAS-BÔAS, B. M.; PINTO, A. A. **Agrochemicals residues in maternal milk: a warning for human health**. *Environmental Toxicology and Pharmacology*, v. 36, n. 1, p. 150-157, 2013.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Cadernos de Agroecologia. Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021 Sabbato, A.; Melo, H. P. de; Lombardi, M. R.; Butto, A. (org.). – Brasília: MDA, 2009. p. 13- 27.

FELLET, João. **Por que mulheres tentam barrar o complexo de energia eólica na Paraíba?** BBC News Brasil, maio de 2022.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Ecofeminismo e comunidade sustentável**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 23(1): 11-34, janeiro-abril/2015.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 15 ed. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2004.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. M. C. DA. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4669–4678, dez. 2014.

KUHNEM, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. **Ecofeminismos**. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/> ISSN 2526-6187. Blog Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia. V. 7, N. 02, 2021 p. 16 – 40.

KUHNEN, Tânia A. **A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza**. In. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MIES, Maria e SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Nunca mais outra vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro*. [S.l.]: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://www.oc.org.br/>. Acesso em: 1 out. 2024.

OLIVEIRA, P. A.; NOGUEIRA, L. R.; MOURA, K. K. V.; LOPES, M. V. Exposição aos agrotóxicos e efeitos sobre a saúde reprodutiva em gestantes do Semiárido brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2737-2746, 2020.

RODRIGUEZ, Graciela. **Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura (pp. 37-56)**. In: **Rodriguez, G. (Coord.). As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Emma Siliprandi. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOUZA, Iriê Prado. **Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade**. In: **VI SEPECH - Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas**, 2007, Londrina: Editora da UEL, 2007. v. 1. p. 88-88.

TORRES, Maximiliano. **O ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo**. In **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, Número 20, pp. 157-175, janeiro/julho 2009.